

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006548-65.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **Viviane Bim**
Requerido: **Platinum Assessoria de Crédito - Finalize Consultoria**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter celebrado com a ré um contrato de prestação de serviços com o objetivo da mesma diligenciar a revisão de um financiamento que contraiu a juros abusivos.

Alegou ainda que pagou à ré a quantia de R\$ 1.600,00 em seis vezes no cartão de crédito, mas depois de entrar em contato com a mesma para saber o que havia feito soube que deveria pagar mais R\$ 1.200,00, com o que não concordou.

Almeja à rescisão do contrato, com a declaração de inexigibilidade de débitos a seu cargo, e à devolução do valor pago à ré.

Já a ré em contestação procurou atribuir à autora a responsabilidade pelo que aconteceu, tendo em vista que ela se recusou a arcar com as despesas para a elaboração de imprescindível laudo que detalharia os juros que lhe foram cobrados indevidamente.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Ademais, ressaltou que prestou serviços e que em última análise faria jus ao recebimento da multa contratualmente prevista.

Assim posta a questão debatida, reputo que a pretensão deduzida merece prosperar.

Com efeito, o instrumento de fls. 02/03 respalda a explicação inicial, tendo a própria ré admitido que ficou incumbida de efetuar um levantamento do contrato de financiamento feito pela autora com o intuito de abrir negociações extrajudiciais com o banco credor (fl. 15, terceiro parágrafo).

Ela, porém, ressaltou que para um *"detalhamento mais cauteloso, e para evitar a existência de qualquer dúvidas ou margens de erro"* seria imprescindível a elaboração de laudo que aferisse a extensão dos juros e taxas praticadas pela instituição financeira (fl. 15, quarto parágrafo), mas a autora se teria recusado a custeá-lo.

Ora, é inegável que o contrato firmado entre as partes não previa a possibilidade e muito menos a necessidade de um pagamento além do ajustado por parte da autora para a confecção de algum laudo.

Até a efetivação dessa medida, aliás, em momento algum ficou aventada.

A conjugação desses elementos permite a segura conclusão de que a autora ao contratar a ré já buscava que ela lhe desse a solução para o problema que apresentava, não fazendo sentido algum que tivesse de arcar com outro – e vultoso – pagamento para a elaboração de trabalho sequer cogitado de início.

Em consequência, é de rigor a declaração da rescisão do instrumento por responsabilidade exclusiva da ré.

Quanto ao pagamento da multa prevista na cláusula 9ª do contrato, deve ser afastado porque a rescisão deve ser atribuída à ré e ainda porque ela não amealhou sequer um indício de possíveis despesas que tivesse contraído ou de serviços que tivesse concretizado a partir dessa transação.

Por fim, e considerando todo o cenário estabelecido nos autos, entendo cabível a medida pleiteada pela autora a título de tutela de urgência, preenchidos os pressupostos para tanto.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes, com a inexigibilidade de quaisquer débitos a cargo da autora a esse título, bem como para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 1.600,00, acrescida de correção monetária, a partir do desembolso de cada importância que a compôs, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Defiro o imediato bloqueio *on line* em face da ré até o montante de R\$ 1.600,00, diligenciando-se em regime de urgência.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 10 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**